



**UNILAB**

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA  
AFRO-BRASILEIRA**

**Instituto de Humanidades Bacharelado Interdisciplinar em Humanidade**

**GÊNERO E ENSINO SUPERIOR: A INSERÇÃO DAS MULHERES GUINEENSES  
NO CURSO DE ENGENHARIA DA ENERGIA NA UNILAB-CE (2017-2024)**

**ACARAPE-CE**

**2024**

**LIVANIA CRIMA**

**GÊNERO E ENSINO SUPERIOR: A INSERÇÃO DAS MULHERES  
GUINEENSES NO CURSO DE ENGENHARIA DA ENERGIA NA UNILAB-  
CE (2017-2024)**

Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), apresentado ao Instituto de Humanidades, da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito para a obtenção do título de Bacharela na em Humanidades.

**Orientadora:** Prof. Dr<sup>a</sup>. Peti Mama Gomes.

**ACARAPE-CE, 2024**

## **AGRADECIMENTO**

Inicialmente, gostaria de expressar minha gratidão ao Todo-Poderoso (Deus) por ter-me dado vida, saúde e pela inspiração que me proporcionou para concluir meu curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades.

De mesmo modo, endereço minha profunda gratidão aos meus familiares, aos meus irmãos e aos meus amigos pelo apoio incondicional que recebi ao longo do meu percurso. Cada palavra de incentivo, cada gesto de carinho e cada momento de compreensão foram essenciais para que eu pudesse chegar até aqui.

Agradeço aos meus pais, por sempre acreditarem em mim e por me proporcionarem todas as oportunidades necessárias para que eu pudesse seguir meus sonhos. Aos meus irmãos, pela parceria e por torcerem por mim todos os momentos, sejam eles difíceis ou de celebração. E aos meus amigos, que tornaram esta jornada mais leve e divertida, oferecendo sempre seu apoio e amizade sincera.

Também, estendo os meus sinceros agradecimentos à minha orientadora, professora Dra. Peti Mama Gomes, por sua disponibilidade, paciência, pelos conselhos e atenção dedicada a mim desde o nosso primeiro encontro.

Este agradecimento é um pequeno reconhecimento de toda a importância que vocês tiveram na minha vida e no meu sucesso acadêmico.

## Sumário

<b>1. PRELIMINARES</b>	5-6
O POR QUÊ DO ESTUDO - JUSTIFICATIVA	7-10
<b>2. OBJETIVO GERAL</b>	10
<b>2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	10
10	
<b>3. Erro! Indicador não definido.</b>	
3.1.1 MULHERES EM GUINÉ -BISSAU	11-14
3.1.2 MULHERES GUINEENSES E O ENSINO SUPERIOR	14-17
<b>4. METODOLOGIA.....</b>	<b>17</b>
TÉCNICA PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA EM TERMINALIDADE DE SOCIOLOGIA.....	17-18
<b>REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....</b>	<b>19-21</b>

## INTRODUÇÃO

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), representa uma nova etapa no cenário educacional, sendo uma instituição federal de ensino superior “criada pela Lei Nº 12.289, de 20 de julho de 2010”, conforme estabelecido no Art. 1º do seu estatuto. Com o compromisso de selecionar estudantes de diferentes nações africanas, como Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique, Angola, Timor-Leste e São Tomé e Príncipe, através do processo seletivo de estudantes estrangeiros (PSEE) do Ministério da Educação, é um marco muito importante para a promoção da diversidade e intercâmbio cultural tanto no Maciço de Baturité/CE quanto em São Francisco do Conde/BA. A nível de graduação, a Unilab, tem oferecido uma ampla gama de cursos que abrangem diversas áreas do conhecimento, tanto as Ciências Exatas quanto as Ciências Humanas e Sociais. A título de exemplos: Administração pública, Agronomia, Antropologia, Bacharelado em Humanidades-BHU, Ciências Biológicas - Licenciatura, Ciências da Natureza e Matemática, Enfermagem, Engenharia de Alimentos, Engenharia de computação, Engenharia de Energias, Farmácia, Física, História, Letras-língua Portuguesa, Letras-Língua Inglesa, Matemática-Licenciatura, Pedagogia-Licenciatura, Química-Licenciatura, Serviço Social, Sociologia-Licenciatura, esses são cursos presentes na Unilab no campo de Ceará, e no campo da Bahia concretamente em São Francisco do Conde, estão presentes a Ciências Sociais, Relações Internacionais, Humanidades-BHU, Letras-língua Portuguesa.

Conforme colocado anteriormente, a Unilab foi criada pela Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, sancionada por Luiz Inácio Lula da Silva, para instituir a fundação desta universidade pública. Seu objetivo principal é promover a integração, internacionalização e cooperação acadêmica entre o Brasil e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Dado que, esta instituição de ensino superior, visa fortalecer os laços históricos, culturais e linguísticos entre esses países, contribuindo assim para o desenvolvimento acadêmico, científico e cultural da Maciço de Baturité. Sem esquecer que, além de estudantes oriundos de países africanos de língua portuguesa, a UNILAB busca promover a inserção sócio-acadêmica de estudantes afrodescendentes, Quilombolas e indígenas.

Pesquisadores como Bas Ilege Malomalo, Julie Lourau e Osmaria Rosa Souza (2018), consideram que, as diretrizes da UNILAB apontam para a concretização da universidade, enquanto um mecanismo de desenvolvimento, baseado na solidariedade e reciprocidade. Os autores lembram que o discurso de Lula direcionava-se a um “pagamento de uma dívida” à

África. Ou seja, seu discurso evoca mais uma relação de “obrigação”, uma vez que o Brasil participou ativamente em escravizar, digo, em trazer os (as) negros (as) africanos (as) violentamente e brutalmente para as Américas. Nas palavras do atual presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, a criação da UNILAB é o “pagamento de uma dívida histórica” para com os (as) africanos (as) e seus/as descendentes. Essa ‘dívida’ não poderia ser paga com dinheiro, mas com “solidariedade” porque o Brasil não estava de fora no período da escravidão, por isso, essa cooperação serviria como um contributo em formar homens e mulheres dos países supracitados no interior do Ceará e da Bahia. E também vai proporcionar uma avaliação crítica e responsável do desenvolvimento da aproximação do Brasil e da África. Tal como descrito pelo Malomalo; Lourau & Souza (2018),

Vemos, no discurso do presidente, que fica clara a intenção de se realizar algo que, de alguma forma, possa remediar, ainda que minimamente, a participação do Brasil no processo de escravidão dos povos africanos. Uma dívida que deve ser paga com solidariedade. Esta solidariedade seria colocada em prática, por meio da fundação da UNILAB, nesta parceria para fins de educação superior com os PALOP e Timor Leste (pp.531-532).

No discurso presidencial, é evidente o desejo de abordar de alguma forma a contribuição do Brasil para o histórico de escravidão dos povos africanos, buscando uma forma de reparação, mesmo que modesta, através da ‘solidariedade’. É importante lembrar que essas iniciativas de inclusão através do ensino superior e técnico não se limitam à criação da Unilab, mas, por uma questão de foco inicial, restringimos esta pesquisa à Unilab Ceará, para compreender o processo de inserção de mulheres guineense em cursos de exatas, especificamente no campo da engenharia de energia. Na Unilab-CE, um tema de relevância que destaca a busca pela equidade de gênero e a diversificação no âmbito acadêmico. Porque, a presença dessas mulheres em áreas tradicionalmente dominadas por homens reflete significativamente nas mudanças sociais e também levanta questões sobre desafios persistentes e estratégias para promover uma participação mais ativa de mulheres guineenses nas esferas públicas e nos lugares estratégicos para alavancar o desenvolvimento nacional.

Neste sentido, objetiva-se compreender, por meio de um exercício analítico, as causas das desigualdades de gênero no ensino superior, na Unilab, no curso de engenharia de energias, de 2017 a 2024. Desse modo, torna-se necessário entender o porquê da baixa inserção das mulheres guineenses no curso de Engenharia da energia na Unilab-CE.

## O POR QUÊ DO ESTUDO - JUSTIFICATIVA

Como mulher guineense, tenho procurado compreender as razões por trás das desigualdades de gênero, especialmente no contexto do ensino superior, particularmente na Unilab. Primeiro, antes de chegar à Unilab, tinha compreensão do contexto histórico da luta armada pela conquista da independência da Guiné-Bissau, em que as mulheres lutavam lado a lado com os homens contra os invasores portugueses, combatendo a invasão colonial. Já na Unilab, essa história do meu país se retorna a partir de algumas leituras das minhas conterrâneas (IMPANTA, 2015; GOMES, 2016 e MONTEIRO, 2017). Foram pesquisas de três guineenses, Iadira Antônio Impanta, Peti Mama Gomes e Noêmia Armando Monteiro que, primeiro, valorar os reconhecimentos históricos e a importância do papel das mulheres no contexto nacional e na luta pela independência: “a nossa revolução nunca será vitoriosa se não conseguirmos a plena participação das mulheres” (GOMES apud CABRAL, 2016, p. 79), palavras proferidas pelo Amílcar Cabral.

De acordo com estudos prévios (Monteiro, 2017; Gomes, 2016 & 2019, Godinho Gomes, 2012 & 2014, Morreria, 2017, *at, al*), as práticas culturais arraigadas têm sido apontadas como perpetuadoras do machismo. Historicamente, durante o colonialismo português, o patriarcado legitimou a marginalização social das mulheres, colocando o homem no centro e conferindo-lhe o poder de tomar decisões no ambiente familiar. As mulheres eram sistematicamente relegadas a uma posição de inferioridade e fragilidade, consideradas como necessitadas de proteção pelo marido. Já que a nossa sociedade é dominada pela cultura cristã, faz com que até hoje em dia, ‘milhares’ de pessoas continuem acreditando que “Deus” disse que as mulheres fossem dominadas pelos homens no ambiente doméstico, Correia (2020). Por exemplo, durante meu tempo no ensino médio e agora na Unilab, por meio de leituras e debates em várias disciplinas como Estudos Africanos e Filosofia da Ancestralidade, percebi a necessidade de retomar minhas preocupações iniciais, problematizar e contextualizar as dinâmicas que conduzem e perpetuam as desigualdades de gênero na escolha de determinados cursos na Unilab-CE, sobretudo, a baixa representação de mulheres nos cursos de Ciências Exatas.

Foram as primeiras leituras que me levaram a procurar compreender a condição das mulheres guineenses na construção do Estado da Guiné-Bissau na contemporaneidade e, sobretudo, na sua formação acadêmica em cursos que historicamente têm “cara de homens”. Pois, a discussão sobre a desigualdade de gênero no ensino superior é de suma importância, devido à sua persistência ao longo de muitos anos na academia guineense (SEMEDO, 2006)

e no campo da educação superior, como observado na Unilab com as estudantes da Guiné-Bissau nos cursos de Engenharias.

Por que as mulheres guineenses estão sub-representadas nos cursos de engenharias na UNILAB, perpetuando a disparidade de gênero no acesso às universidades públicas dentro e fora de seus países de origem? De igual modo, como explicar a variação na distribuição de gênero entre os cursos, com predominância de homens em Ciências Exatas e maior presença de mulheres em Ciências Humanas na mesma instituição? Esses questionamentos me motivaram a realizar a pesquisa, a fim de compreender melhor as causas dessa situação. Lembrando que essas questões iniciais, na verdade, foram formuladas a partir das leituras que atravessaram a minha mente.

Antes disso, comecei a recuperar as minhas memórias de quando era mais nova. Ou seja, desde a fase da minha adolescência em Bissau, percebi (já hoje) que a minha vida era moldada por uma divisão culturalmente estabelecida entre os gêneros feminino e masculino. Esse papel culturalmente definido, ditava como cada um deveria se comportar em casa (eu e os meus irmãos), na escola e em outros espaços públicos. Em casa, essa divisão de gênero era evidente no uso de cores, objetos e nas brincadeiras (Gomes, 2016). A ideia predominante era que os meus irmãos pudessem jogar bola e sair para brincar na rua livremente sem nenhuma pressão, enquanto as meninas [eu e minhas irmãs] deveríamos permanecer em casa ajudando a mãe a preparar comida e realizar as atividades domésticas.

Não era permitido sair de casa antes de concluir “nossas” tarefas domésticas, e mesmo quando tínhamos a oportunidade de brincar, o horário de retorno era restrito. Desde o meu ensino médio, sempre questionei por que as mulheres geralmente se matriculam nos 2º e 3º grupos e não no 1º grupo. Segue um quadro para visualizar as disciplinas do ensino médio consideradas do primeiro ao terceiro grupo na Guiné-Bissau em liceus que conheço.

#### QUADRO DOS GRUPOS

1º grupo	2º grupo	3º grupo
Matemática; Física; Química; Biologia; Desenho; Português; Filosofia.	Português; História; Psicologia; Filosofia; Geografia; Francês/Inglês; Introdução à Economia; Matemática.	História Economia Ciências naturais Português Matemática Inglês/Francês

**Fonte:** Elaboração da autora



Encontra-se a predominância dos homens no 1º grupo e com uma porcentagem baixíssima de mulheres. De salientar que a minha trajetória acadêmica foi atravessada por padrões de gênero estabelecidos sócio-culturalmente. Quando terminei o ensino fundamental, meu pai me matriculou diretamente no 2º grupo, sem sequer me perguntar em qual grupo eu preferiria ingressar. Fiquei bastante chateada com ele, pois meu sonho era fazer parte do 1º grupo. Questionei-o sobre por que me matriculou no 2º grupo, respondeu que o 1º grupo era para homens por ser mais difícil e pesado, e a conclusão foi que “eu não seria capaz de acompanhar as exigências”. Fez-me acreditar que não seria aceita na escola se pedisse para trocar, então fiquei no 2º grupo, mesmo não sendo minha preferência.

Ao longo desse processo, fiquei curiosa em relação às razões por trás das grandes diferenças entre homens e mulheres nas escolas públicas, e também nas universidades, principalmente na Unilab-CE nos cursos de engenharias. No entanto, não encontrei pesquisas que discorrem sobre essa temática de estudantes guineenses especificamente. Às vezes, pondero, em consonância com os resultados da pesquisa de Noêmia Armando Monteiro (2022) sobre a escassez de mulheres na gestão escolar na Guiné-Bissau, que as mulheres optam pelos cursos do 2º e 3º grupos porque estão mais relacionadas à atuação social, e elas são criadas com ênfase na capacidade de lidar com as pessoas. No país, por exemplo, as mulheres escolhem cursos como Educação Infantil, Administração Pública, Direito, Enfermagem, Relações Internacionais, Sociologia e Letras - Língua Portuguesa. Áreas de formação que têm “cara de menina”.

A vivência que tenho desta construção levaram-me a uma percepção das desigualdades nos tratamentos presentes na trajetória das meninas desde a infância. Essa realidade também foi parte decisiva em escolher o caminho desta pesquisa, do ponto de vista da necessidade urgente de questionar e enfrentar as normas de gênero específicas que limitavam e ainda limitam a distribuição de estudantes entre os cursos, em especial com a baixa presença de mulheres guineenses nos cursos de engenharias. Portanto, a pesquisa tem grande relevância para enriquecer o debate acadêmico tanto na Unilab quanto na Guiné-Bissau. Qualitativamente, será embasada na análise dos dados quantitativos provenientes das matrículas no curso de engenharia de energia entre 2017 e 2024. A partir de 2017, quando a primeira estudante foi aprovada e começou a cursar Engenharia de Energia na Unilab-CE, estender esses dados até 2024 nos ajuda a examinar numericamente a permanência dos alunos, suas conclusões ou dificuldades. O estudo busca investigar as disparidades de gênero no ensino superior, na Unilab-CE, compreendendo as possíveis influências das barreiras e estereótipos de gênero nas escolhas acadêmicas das mulheres guineenses. Uma pesquisa deste

gênero, em Humanidades, facilitará na criação de estratégias e políticas que promovam a igualdade de gênero no acesso a todos os campos de estudo e, assim, conseqüentemente, contribuirá para consultadas bibliográficas.

## **2. OBJETIVO GERAL**

Analisar e compreender a baixa inserção de mulheres guineenses no curso de Engenharia de Energia na Unilab-CE.

### **2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Compreender os problemas que mulheres guineenses enfrentam em relação à questão de gênero nos cursos de exatas da Unilab-CE.
- Discutir e identificar as formas de acesso das mulheres guineenses nas universidades públicas, especialmente no curso de engenharia de energias.
- Analisar os principais fatores que influenciam as desigualdades de gênero e problematizar a baixa aderência das mulheres guineenses no curso de Engenharia de Energia na Unilab.

### **PERGUNTA DA PESQUISA**

Como as percepções de gênero são refletidas nas esferas do ensino superior e no curso de Engenharia de Energia na Unilab? Em que medida as representações de gênero influenciam critérios e normas para a inserção das mulheres guineenses no ensino superior, e como isso se manifesta na Unilab Ceará?

## **3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A questão teórica central deste trabalho consiste na reflexão sobre a problemática de gênero no contexto do ensino superior na Unilab, especialmente no que diz respeito aos estudantes da Guiné-Bissau. Pretende-se observar (futuramente), através das narrativas dessas estudantes, os diversos fatores que contribuem para a sub-representação das mulheres nos cursos de engenharia da universidade.

### **3.1.1 MULHERES EM GUINÉ-BISSAU**

Durante os períodos de resistência à dominação colonial, a participação das mulheres ao lado dos homens na luta pela independência, como foi apontado pelo o líder do PAIGC, Cabral (1978), em uma análise perspicaz, “Nossa revolução nunca será vitoriosa se não conseguirmos a plena participação das mulheres”. A Amílcar Cabral ressaltava a importância da inclusão e do engajamento ativo das mulheres na busca pela independência, destacando suas contribuições indispensáveis para o movimento de libertação nacional de Guiné e Cabo-Verde. Não obstante, compartilhamos a afirmação de pesquisadora e pedagoga guineense, Noêmia Armando Monteiro (2022), na sua ótica a luta pela libertação nacional representou um período de transformação na vida das mulheres guineenses, pois marcou uma mudança imprescindível na perspectiva de vida da população feminina; em suas palavras:

As mulheres foram as mais penalizadas neste período da transição colonial para a independência, foram retiradas as posições antes tidas, e obrigadas a transferirem-se para categorias baixas, e muitas, para os trabalhos informais para garantir a sobrevivência familiar. Isto porque, com os danos causados pela guerra, a mudança social e econômica a que o país foi submetido pela política (Plano de ajustamento estrutural), então instalado, muitos guineenses, principalmente, homens considerados provedores de lar, perderam o emprego. As mulheres então viram-se encurraladas e obrigadas a engajar-se nos trabalhos com condições precárias e menos formais, para não verem as famílias desamparadas e os filhos sem educação (MONTEIRO, 2022, p. 05-06).

Com base nas observações da autora, percebe-se que durante o período de luta colonial para a independência, as mulheres foram deslocadas das posições que ocupavam anteriormente, sendo agora responsáveis pelos cuidados domésticos e envolvidas em trabalhos informais para garantir a sobrevivência familiar. No meio dessa problemática as mulheres Bissau-guineenses se encontram num cenário de maior vulnerabilidade no país. Os movimentos nacionais, exemplo da União Democrática das Mulheres de Guiné e Cabo-Verde (UDEMU) no país, estão para lutar contra esse sistema patriarcal, reforçando o lugar e direito das mulheres (IMPANTA, 2020).

Nessa perspectiva, as mulheres enfrentam diariamente a luta contra a desigualdade, que tenta marginalizar seus direitos. Afinal, o que estamos chamando de desigualdades? Na perspectiva de Adriana da Silva Dias e Rosiléia Castro Pereira (2019, p. 01) “a desigualdade de gênero fundamenta-se em padrões culturais historicamente construídos, determinando espaço para homens e mulheres na sociedade”. Conforme Maria de Fátima Araújo, apud, Joan Scott (2005, [1990]), o gênero é caracterizado através de “relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos”, sendo assim, é uma construção social e histórica dos sexos. Portanto, para entender a “desigualdade” de gênero no ensino superior e compreender a baixa inserção de mulheres guineenses nos cursos de engenharia de energia na Unilab, é

necessário compreender como são constituídas as relações de homens e mulheres na distribuição do trabalho e poder no país da origem das nossas interlocutoras guineenses.

Desta forma, para Joan Scott (1990), a categoria gênero refere-se a um sistema de relações de poder baseadas num conjunto de qualidades, papéis, identidades e comportamentos opostos atribuídos a mulheres e homens pela sociedade onde estão inseridos. Quer dizer, a questão de gênero é vista, nas nossas relações, inclusive nas distribuições de papéis, e como nas tomadas das decisões. Portanto, a desigualdade de gênero fundamenta-se em padrões culturais historicamente construídos, determinando espaço para homens e mulheres na sociedade. Para Oyèrónké Oyèwùmí (2012. p. 2), “a categoria gênero antes de tudo é uma construção sociocultural”. Pois, as categorias de gênero ocidentais não são universais e não necessariamente podem ser aplicadas de maneira direta em contextos africanos de modo geral, e particularmente no contexto do povo ioruba. E, em muitas sociedades africanas tradicionais, as categorias de gênero são mais fluidas e extremamente complexas, com diferentes sistemas de classificação que não se alinham de forma direta ou indireta com as ideias ocidentais de masculinidade e feminilidade, mas, de “senioridade”.

Logo, em consonância com as abordagens de intelectual nigeriana, Oyèrónké Oyèwùmí (2020), dentro dessa percepção sociocultural de gênero, retomo a realidade guineense com as contribuições de pedagoga, Estelita Dinis Gomes (2021), a sociedade

Constrói uma divisão entre o gênero feminino e masculino, é estabelecido culturalmente o papel que cada um deve desempenhar em casa, na escola, e nos demais espaços. Há na sociedade guineense uma divisão de gênero no uso de cores, objetos e brincadeiras. Só meninos devem jogar bola, sair para brincar na rua em qualquer horário enquanto que as meninas devem ficar em casa ajudando a mãe a preparar comida, não sendo permitido a ela sair sem ter tido terminado os trabalhos domésticos, para o gênero feminino sempre tem horário para sair e voltar para casa. A questão de gênero sempre é usada para a divisão da sociedade, portanto, é bem visível a necessidade da igualdade de gênero nessa sociedade (GOMES, 2021, p. 21).

Existe uma clara divisão entre os gêneros feminino e masculino cujos papéis são culturalmente estabelecidos e diferenciados tanto no âmbito doméstico quanto em outras esferas da vida social (Gomes, 2021). Esta divisão se manifesta na distribuição de tarefas, na representação em cargos públicos e até mesmo na percepção e uso de cores, objetos e atividades de lazer. Ainda salienta que os meninos geralmente são incentivados a participar de atividades como jogar bola e brincar na rua em qualquer horário, enquanto as meninas são socializadas para permanecerem em casa e auxiliarem suas mães nas tarefas domésticas. Para as meninas, é comum que sua liberdade de sair de casa seja condicionada à conclusão das

responsabilidades domésticas, sendo estabelecido um horário específico para isso, ao passo que para os meninos essa restrição é menos comum.

Nessa perspectiva, Célia Chaves (2005, p.18), “demonstra que uma adolescente objetiva gênero a partir das condições de dificuldades, proibições, limitações, diferenças e desigualdades que percebe nos relacionamentos sociais”. Pode-se perceber que uma criança acaba entendendo através das suas convivências em família e também na escola. Como o expressado, são circunstâncias sociais que impõem as diferenças e desigualdade, nas relações cotidianas das pessoas, seja no espaço doméstico a pessoa adquire significados que são incorporados pelas pessoas, e parecem nas suas atitudes, comportamentos, representação enfim nas suas interações com o mundo.

Em outros termos, são parte das práticas que refletem uma dinâmica de gênero na cultura guineense, que influencia tanto o comportamento individual quanto às expectativas sociais em relação aos papéis de cada gênero. Na mesma linha de consideração, a antropóloga Iadira Antônio Impanta coloca:

A principal causa da existência de desigualdade de gênero e da inferioridade da mulher em diferentes espaços se dá pelo padrão de vida doméstica estipulado a ela, onde o controle das funções de liderança política e moral é destinada aos homens, limitando as mulheres seus direitos, sendo vista na maioria das vezes como a dona de casa ou como a esposa das autoridades políticas, deixando seus valores escondidos, sem poder ser ela própria. (IMPANTA, 2017, p. 16)

Tal divisão impacta o desenvolvimento e a autonomia das meninas-mulheres no ensino, pois

A escola, um lugar de socialização público que podia servir de instrumento para corrigir a discriminação, revela, até então, a extensão da prática familiar através das tarefas que ocupa cada sexo na sala de aula ou nas cantinas escolares - a partilha de responsabilização nas turmas reflete o modelo caseiro: “meninas são chefes de higiene e meninos responsáveis de turma”, como ilustrado nas seguintes declarações. (MINDJER, 2008, p. 45)

Na perspectiva da coordenadora do movimento “*mindjer ika tambur*”, Yolanda Victor Monteiro Garraão, a escola poderia ocupar-se de um ambiente de socialização e aprendizado, assim como, ambiente educativo que possa dismantlar os estereótipos discriminatórios que subjagam as mulheres, retratando-as como inferiores e confinadas ao papel de cuidadoras familiares. E não ao contrário disso, ou seja, em muitos casos, essa perpetuação ocorre nas escolas, onde as meninas são tratadas de maneira desigual e direcionadas para tarefas relacionadas à higiene, enquanto os meninos são encarregados de liderar a classe. Conforme observado pela minha conterrânea Dala Djop (2021), após a conquista da independência, as

mulheres tendem a permanecer predominantemente no ambiente doméstico, em vez de buscar oportunidades que lhes permitam alcançar verdadeira igualdade de gênero e emancipação. É evidente que essa parcela feminina precisa ser incentivada a ocupar posições de liderança e decisão nas comunidades locais e também em contextos urbanos, nos órgãos governamentais e no parlamento.

Homens e mulheres são seres humanos, muitos diferentes em termos do puramente biológico-anatômico, mas o que importa é compartilhar a humanidade de maneira mais justa, sem a discriminação, preconceito, desqualificação, hierarquização de sexos e principalmente violência em termos gerais (GOMES, 2016, p.27).

Nas ponderações da antropóloga Peti Mama (2016), embora reconheçamos nossas diferenças individuais, é necessário entender que as mulheres são plenamente capazes de ‘desempenhar, estar, ocupar e se inserir’ em lugares públicos e fazerem suas escolhas, inclusive de formação acadêmica. Em consequências, é urgente sermos tratadas com igualdade e sem discriminação, conforme garante a Constituição<sup>1</sup> da República da Guiné-Bissau. De acordo delineado por Barros & Semedo (2013), o escopo de atuação das mulheres guineenses se expande do âmbito privado e doméstico para o público, englobando militância política, participação em movimentos guerrilheiros e ingresso em diversas profissões. Essa evolução abre caminho para a significativa jornada da construção da cidadania das mulheres na Guiné-Bissau.

Dessa forma, conforme discutido por Baticã (2015), a igualdade de gênero não implica na negação das diferenças entre mulheres e homens, mas sim na garantia de que ambos desfrutem dos mesmos direitos e oportunidades, como o direito à educação e à autonomia para tomar decisões que orientem o curso de suas vidas.

### **3.1.2 MULHERES GUINEENSES E O ENSINO SUPERIOR**

Nessa abordagem trazemos a relação das mulheres guineenses com o Ensino Superior, discutindo fundamentalmente as possibilidades, dificuldades, desafios e superações. O ensino superior na Guiné-Bissau “surgiu numa situação muito difícil” (SEMEDO, 2011, p. 11), justifica que não resulta de uma política planejada, assim como de acompanhamento e aprovação do Estado. A educação do país enfrenta ainda inúmeras dificuldades para a sua

---

<sup>1</sup> O artigo 24º da constituição da Republica da Guiné-Bissau considera: “todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção de raça, sexo, nível social, intelectual ou cultural, crença religiosa ou convicção filosófica” (...) Art. 25º “o homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural” (CDGB, 1996)

afirmação, sem contar os desafios transcendentais, tendo em vista as necessidades nacionais que pretende atender, como também um contexto internacional muito exigente, competitivo e em rápidas mutações. Segundo os dados de Programa das Nações Unidas para desenvolvimento, entre 1987 a 1995 o ensino da Guiné-Bissau ainda apresenta falta de recursos para o seu crescimento e desenvolvimento, uma vez que, o orçamento geral do Estado está baixando rigorosamente de ano para ano, sendo que entre 1987 e 1995 baixou de 15% para 10% e na previsão feita para 2006 estava em 7,5%. Esta proporção equivale a 0.9% do Produto Interno Bruto (PIB).

Na mesma linha de pensamento, segundo o Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (2011), o acesso ao ensino para as meninas é muito limitado. O fato de a mulher ter um papel familiar enquanto esposa que se dedica aos filhos e às lides domésticas, reserva-lhe pouco tempo livre para outras tarefas tais como a instrução. Não se tratando exclusivamente do fator falta de tempo, mas também de fatores culturais. Digamos que é um dos motivos da pouca presença das alunas no ensino; em meados dos anos 1990, apenas 36,3% das raparigas (meninas) frequentarem o ensino, em relação aos 53,5% dos rapazes, proporcionam uma elevada disparidade entre sexos na frequência do ensino, bem como níveis de alfabetização díspares, 38.9% nas mulheres, 65.2% nos homens na escolaridade (PNUD, 1995). Como salienta Furtado, (2005, p. 53),

A mulher define-se, antes de tudo, como esposa e mãe. A educação das raparigas corrobora esse sentido. Elas são, regra geral, educadas para o casamento. Por isso, em quase todas as sociedades, a sua educação é baseada na submissão, na cultura de certos valores como a discrição, reserva e paciência, centrada na vida doméstica, nas crianças, no respeito pelos mais velhos, pais e marido e, em certas sociedades, ligada à fecundidade.

Na perspectiva de Monteiro (2020) “Observamos que a questão da escolarização das mulheres é um problema grave na República Guineense”. O que chama a atenção do governo para assumir a responsabilidade da educação da mulher, moldada por uma sociedade que a define apenas como dona de casa, mãe e esposa, independentemente das suas conquistas, potencialidades e experiências pessoais e escolares.

As atitudes discriminatórias que demarcam atribuições distintas com relação ao gênero, se fazem presentes não apenas no espaço doméstico, como também no ambiente escolar. Às meninas. É cobrado um desempenho maior na aquisição de habilidades para o cuidado e a atenção, a higiene e atividades domésticas. Enquanto os meninos, são motivados a despertar curiosidade intelectual, atividades ligadas a esportes e jogos, bem como as ligadas ao mundo do trabalho (MONTEIRO, 2022 p.15).

É evidente que as mulheres enfrentam muitas exigências para provar que são merecedoras de uma determinada posição ou promoção, condição que muitas vezes não se aplica ao homem. A mulher com o mesmo nível e função precisa demonstrar um desempenho superior ao homem para ser reconhecida. Além do mais, as exigências provam ser maiores para as mulheres do que para os homens, e observa-se que para certos cargos ou determinadas funções, o perfil exigido não será o mesmo, incluindo para postos cimeiros de tomada de decisão (MINDJER, 2018). Posto que, uma mulher se sobrecarrega, ou seja, se dá mais esforço para que seja reconhecida como competente na universidade como em qualquer lugar público ou privado mais do que um homem. Como salienta, Marinho Nhanri, Alassam Baldé, Joarsem Bacar Embaló, *et al* (2023, p. 206)

O acesso das meninas ao ensino na Guiné-Bissau ainda é uma questão em debate para alcançar uma solução que se possa considerar maleável no que se refere a sistema educacional patriarcal que se verifica na sociedade guineense, no qual os homens ocupam uma posição de privilégio enquanto as meninas recebem uma educação com fins específicos que é de cuidar dos trabalhos domésticos, respeitar o marido, cuidar dos filhos (fecundidade).

Quer dizer, os autores consideram que, a educação das meninas guineenses acaba por emanar por completo as suas participações nas tomadas de decisões e, conseqüentemente, a violação dos direitos iguais à educação, exposto na constituição da república do país.

Lembrando que, segundo o movimento “*Mindjer ika tambur*” (2018) as meninas são poucas incentivadas a desafiarem-se para cargos de responsabilidade, por exemplo, isto é, para postos de responsável de turma, o que não fortalece suas desenvolturas e crescimento a nível de experiência académica. Até porque, ficar na posição subalterna é aceitar as imposições do grupo dos rapazes (amigos do chefe), que comandam a turma. Mas, infelizmente, as prioridades do governo concentram-se no desenvolvimento da infraestrutura, na cultura *de Matchundadi*” (MOREIRA, 2017), por meio da geração de empregos e renda que favorece os homens. Seguindo nessa linha de pensamento, podemos pensar nas possibilidades do machismo e patriarcado, como sendo forma de relações sociais que impedem de certa forma a participação das mulheres guineenses nos cursos exatas na unilab, e no acesso nas universidades públicas e privado, inclusive nas tomadas das decisões que permitirão desenvolverem as suas potências perante a sociedade? A disparidade de gênero na sociedade guineense nas universidades, notadamente na admissão de estudantes em universidades públicas e privadas, inclusive na Unilab, é um reflexo das realidades sócio-políticas e



culturais. Essa dinâmica perpetua um ciclo de desigualdade, pois as expectativas sociais moldam as escolhas educacionais e profissionais, como foi referenciado anteriormente.

#### **4. METODOLOGIA**

Para a realização deste projeto, utilizamos o método qualitativo-bibliográfico. Ou seja, por meio de pesquisa bibliográfica, realizamos o levantamento de artigos, teses e dissertações que abordam a questão de gênero no ensino superior, procurando trabalhos de autoras e autores que já tenham pesquisado sobre o tema. Na concepção de Piana (2009), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material previamente elaborado, principalmente constituído por livros e artigos científicos. Sua principal vantagem reside no fato de permitir ao pesquisador ou pesquisadora abranger uma gama de fenômenos muito mais ampla do que seria possível através de uma pesquisa direta. Seu propósito é colocar o investigador (a) em contato com o conhecimento já produzido e registrado sobre o tema em questão. Essas vantagens demonstram o compromisso com a qualidade da pesquisa. Além de possibilitar o levantamento das pesquisas relacionadas ao tema estudado, a pesquisa bibliográfica também viabiliza o aprofundamento teórico que orienta a investigação. Por outro lado, o método Quantitativo, ajudará a extrair os números, ou seja, os dados das meninas guineenses que estão matriculados no curso de engenharia da energia na Unilab desde ano 2017 a 2024.

#### **TÉCNICA PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA EM TERMINALIDADE DE SOCIOLOGIA**

Para conduzir esta pesquisa, adotaremos a técnica de entrevistas, a qual consiste em estabelecer e manter conversas com as mulheres guineenses matriculadas em cursos de engenharia de energia na Unilab. Esta abordagem permite que as interlocutoras expressem confortavelmente suas perspectivas e respondam às questões propostas de acordo com sua visão particular, abrindo espaço para analisar diversas direções. As entrevistas serão conduzidas por meio de formulários contendo as seguintes perguntas:

O que motivou sua escolha pelo curso de engenharia de energia, especialmente em uma área não tradicionalmente feminina? Sendo menina, quais são suas relações com os seu pais em casa e quais forraram suas contribuições durante seu percurso acadêmico? Quais são os principais desafios que você enfrenta em relação ao gênero e ao acesso ao curso de engenharia de energia?

Há uma baixa representação de mulheres guineenses nos cursos de engenharia de energia na Unilab. Em sua percepção, por que? Por que muitas mulheres guineenses optam por cursos nas áreas humanas em vez de áreas exatas na Unilab?

Assim como, realizaremos a coleta de dados para complementar nossa pesquisa. Essas entrevistas desempenharão um papel importante no fornecimento de narrativas femininas das estudantes que estão inseridas nos cursos para a elaboração da monografia no curso de licenciatura em sociologia.

### CRONOGRAMA

<b>Atividades</b>	<b>2023.2</b>	<b>2024.1</b>	<b>2024.2</b>	<b>2025.1</b>	<b>2025.2</b>
Levantamento bibliográfico	<b>X</b>	<b>X</b>			
Leitura e fichamento	<b>X</b>	<b>X</b>			
Revisão de Literatura			<b>X</b>	<b>X</b>	
Coleta de dados				<b>X</b>	
Análise de dados				<b>X</b>	
Escrita de projeto				<b>X</b>	
Revisão e reescrita				<b>X</b>	
Ensaio para apresentação				<b>X</b>	
Defesa					<b>X</b>

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ARAÚJO, Maria de Fátima. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. PSIC. CLIN. RIO DE JANEIRO, VOL.17, N.2, P.41 – 52, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/BVXTfbqzbzJJYh7pwSkjdzpN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05.01.224.

BARROS, Miguel de; SEMEDO, Odete. A participação das mulheres na política e na tomada de decisão na Guiné-Bissau: da consciência, percepção à prática política. Guiné-Bissau: UNIOGBIS, 2013.

BATICÃ, Hélder Duarte. Manual de igualdade e equidade de gênero. UE-PAANE–Programa de Apoio aos Actores Não Estatais “Nô Pintcha Pa Dizinvovimentu” SAID, Edward W. Cultura e Imperialismo, 2015.

CABRAL, Amílcar. A arma da teoria. Unidade nacional. Lisboa, Vol. I, Seabra Nova, 1978 (Obras escolhidas de Amílcar Cabral, coord. por Mário de Andrade, vol. I) Coleção "Os Pensadores", Abril Cultural, São Paulo, 1978.

CORREIA, N. G. ATIVISMO FEMININO EM ÁFRICA: DINÂMICAS E PERSPECTIVAS. REVISTA ÁFRICA E AFRICANIDADES, v. 13, p. 1-17, 2020.

DENARP, "Segundo documento de estratégia nacional de redução da pobreza." *Ministério da Economia do Plano e Integração Regional. República da Guiné-Bissau* (2011).

DIAS, Adriana da Silva e Pereira, Rosiléia Castro. Desigualdade de gênero no ensino superior: um olhar sob a perspectiva das carreiras profissionais. Anais do Congresso Brasileiro de Corpo, Raça, Sexualidade e Gênero - CRSG, Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Parnaíba-PI, 6 a 8 de setembro de 2019 | n. 01 dezembro, 2019.

DJOP, Dala. Desigualdade de gênero na Guiné-Bissau: Um estudo sobre a implementação da lei de paridade e o desafio da participação das mulheres guineenses na esfera pública. (2021).

DO AMARAL, Célia Chaves Gurgel. Debates de gênero: a transversalidade do conceito. Editora UFC, 2005.

DO PRADO, Priscila Finger. Curta-metragem Phatyma, escrito por Paulina Chiziane e Luís Chaves, apresenta a história de Phatyma desde seu nascimento e nomeação, destacando o processo de crescimento da menina, que tenta compreender o mundo à sua volta, especialmente os papéis sociais de homens e de mulheres, entre a tradição e a modernidade. Revista África e Africanidades – Ano XIII – n. 34, maio. 2020 - ISSN 1983-2354 [www.africaeafrikanidades.com.br](http://www.africaeafrikanidades.com.br)

FALA DE MINDJER, As vozes das mulheres. Além da pressão social e das barreiras institucionais: o papel das mulheres nas esferas de tomada de decisão na Guiné-Bissau. Interpeace, Março de 2018.

GOMES, Estelita Dinis. “Políticas educacionais na Guiné-Bissau: a desigualdade e disparidade de gênero no sistema educativo guineense (2000-2010)”. (2021).

GOMES, Godinho PATRICIA. Na senda da luta pela paz e igualdade. O contributo das

GOMES, Godinho, **P. Na senda da luta pela paz e igualdade**. O contributo das mulheres Bissau-guineenses. agosto de 16.

GOMES, Peti Mama. Ser mulher africana e estudante no contexto de diáspora: alguns aspectos do cotidiano de estudantes guineenses no maciço de Baturité-CE. (2016).

[https://fecong.org/pdf/crianca/DENARP%20II%202011\\_2015.pdf](https://fecong.org/pdf/crianca/DENARP%20II%202011_2015.pdf) acesso em: 10. 03.2024.

IMPANTA, Iadira Antonio. Mulheres da UDEMU e experiências de vida: da luta de libertação à participação política. Dissertação (mestrado) - apresentado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020. Disponível em:

[https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/29489/1/MulheresUDEMUexperiencias\\_Impanta\\_2020.pdf](https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/29489/1/MulheresUDEMUexperiencias_Impanta_2020.pdf) . Acesso em: 20.03.2023.

IMPANTA, Iadira Antonio. Mulheres guineenses na tomada de decisões políticas (1994-2014). (2017).

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. Educação & realidade. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 101-132, 1995.

MALOMALO, Bas´ Iele; Lourau, Julie e Souza; Osmaria Rosa. A Unilab na perspectiva da Cooperação Sul-Sul: uma análise crítica decolonial africana. Cadernos do CEAS, Salvador/Recife, n. 245, p. 517-552, set./dez., 2018 | ISSN 2447-861X. Disponível em: <https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/454/405>. Acesso em: 11.03.2022.

NHANRI, Marinho, Alassam Baldé, Joarsem Bacar Embaló, Cristina Mandau Ocuni Cá. *Percurso estudantil na camada juvenil feminina na guiné-bissau (gb): as meninas das famílias carenciadas frente a educação moderna e o mercado de trabalho*. In. **CULTURA, EDUCAÇÃO E ENSINO**. Lourenço Ocuni Cá, Cristina Mandau Ocuni Cá e Jarles Lopes de Medeiros São Paulo: Alexa Cultural, 2023.

MENDES, Zara Josefa. “Mulheres guineenses e racismo estrutural: um estudo sobre desigualdade de gênero no mercado de trabalho formal”. (2022).

MONTEIRO, Noemia Armando. *Mulheres nas direções escolares na Guiné-Bissau: recursos e obstáculos enfrentados*. MS thesis. 2022.

MONTEIRO, Noemia Armando. Educação familiar: influência na escolarização e nas escolhas sociais das mulheres guineenses, 2020.

MONTEIRO, Noemia Armando. Mulheres guineenses na luta de libertação nacional: contribuições na educação e formação de quadros (1962-1974). SÃO FRANCISCO DO CONDE, 2017.

MOREIRA, Joacine Katar. 2017. A Cultura di Matchundadi na Guiné-Bissau: Gênero, Violências e Instabilidade Política. Tese (Doutorado em Estudos Africanos) ISCTE –Instituto Universitário de Lisboa, Portugal.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. *Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series 1 (2004): 1-8.*

PIANA, Maria Cristina. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional." (2009).

PINTO, Jeremias Pereira; LOURAU, Julie. UM BREVE PENSAR SOBRE O RACISMO NO BRASIL. *Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades*, v. 45, n. 251, p. 619-638, 2020.

Furtado, Alexandre Brito Ribeiro. *Administração e gestão da educação na Guiné-Bissau: Incoerências e descontinuidades*. Diss. Universidade de Aveiro (Portugal), 2005.

SANI, Quecoi. **A Educação Superior no Desenvolvimento da Guiné-Bissau: Decreto n.º 17/2010** (Aprova os Estatutos do Instituto da Mulher e Criança).

SCOTT, Joan Wallach, Guacira Lopes Louro, and Tomaz Tadeu da Silva. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott." *Educação & realidade. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99 (1995).*

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. IN: *Mulher e realidade: mulher e educação. Porto Alegre, Vozes, V. 16, no 2, jul/dez de 1990. Disponível em: <<http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2016.*

SEMEDO, Maria Odete da Costa. "Educação como direito". In: **Anais do Encontro Internacional de Educação**, Gravataí/RS/Brasil (CD), 2005.

SPELLER, Paulo. **A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira Unilab**.

SUKUMA, Arnaldo. **Estado e Ensino Superior na Guiné-Bissau (1974-2008)**. 2013. 118 p. Dissertação (Mestrado em Ciência) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife/PE, w2ws2013.